1179929 00135.209099/2020-30

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
SCS - B - Quadra 09 - Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A
Brasília, DF. CEP 70308-200. - http://www.mdh.gov.br/sobre/participacao-social/cndh

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 06 DE MAIO DE 2020

Recomenda a edição de nova Portaria Interministerial para alteração de dispositivos das Portarias Interministeriais nº 201/2020, 203/2020 e 204/2020.

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – CNDH, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 12.986, de 02 de junho de 2014, e tendo em vista especialmente o disposto no artigo 4°, inciso IV, que lhe confere competência para expedir recomendações a entidades públicas e privadas envolvidas com a proteção dos direitos humanos;

CONSIDERANDO o histórico de atuação do CNDH na proteção dos direitos dos migrantes e refugiados por meio das Recomendações nº 01, de 31 de janeiro de 2018, e nº 05, de 17 de outubro de 2018, que dispõem sobre o direito de venezuelanas e venezuelanos no fluxo migratório no Brasil; nº 16, de 15 de agosto de 2019, que trata da suspensão imediata dos efeitos da Portaria nº 666 de 25 de julho de 2019 do Ministério da Justiça e da Segurança Pública; nº 1, de 12 de fevereiro de 2020, ao Município de Boa Vista - RR, relativa à necessidade de se preservar o direito à saúde e à isonomia de pessoas não brasileiras, independentemente de sua condição migratória;

CONSIDERANDO o direito fundamental ao tratamento igualitário de nacionais e não nacionais perante a Lei, previsto no art. 5º, e o direito ao acesso universal à saúde, presente no art. 194, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a nota “Key Legal Considerations on access to territory for persons in need of international protection in the context of the Covid-19 response” (Considerações-chave de cunho legal sobre acesso ao território para pessoas em necessidade de proteção internacional no contexto da resposta à Covid-19) do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR, de 16 de março de 2020[1], que dispõe que as medidas dos Estados de enfrentamento à pandemia de coronavírus não podem resultar no impedimento da solicitação de refúgio ou na devolução de pessoas que buscam proteção internacional;

CONSIDERANDO o comunicado de imprensa da Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH e de sua Relatoria Especial sobre os Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais - REDESCA, de 29 de março de 2020[2], que fazem um chamamento urgente aos países da região para que garantam os direitos das pessoas venezuelanas, cumpram com suas obrigações em matéria de asilo e refúgio e ofereçam atenção e tratamento de saúde, sem discriminação;

CONSIDERANDO a nota conjunta de imprensa do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos - ACNUDH, Organização Internacional de Migração - OIM, ACNUR e Organização Mundial da Saúde - OMS, de 31 de março de 2020[3], que explicita que há meios de administrar as restrições nas fronteiras por meio de testes e quarentenas, sem desrespeitar o direito internacional dos direitos humanos;

CONSIDERANDO as orientações do ACNUDH sobre as dimensões de direitos humanos na pandemia de COVID-19[4], que, dentre outras medidas, dispõem que os Estados devem garantir que os procedimentos de migração e refúgio cumpram com o devido processo e evitem deixar essa população em situações ainda mais vulneráveis e sem um status migratório, além de sugerir a regularização e a extensão temporária da autorização de residência e trabalho, para facilitar que migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados acessem seus direitos;

CONSIDERANDO a Resolução 01/2020, da CIDH[5], que estabelece que os Estados da região não devem adotar medidas que intimidem as pessoas em situação de mobilidade humana a acessarem medidas e políticas de resposta à pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO que a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério da Infraestrutura e o Ministério da Saúde editaram, em abril de 2020, 3 Portarias que versam sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, quais sejam: Portarias nº 201/2020, 203/2020 e 204/2020;

CONSIDERANDO que o art. 6º da Portaria nº 201/2020, o art. 5º da Portaria nº 203/2020 e o art. 6º da Portaria nº 204/2020 determinam como consequência ao descumprimento das medidas por ela previstas:

1. A repatriação ou deportação imediata, infringindo diretamente o Capítulo V, da Lei nº 13.445/2017, norma hierarquicamente superior, ao desrespeitar o procedimento administrativo de retirada compulsória previsto na Lei, que garante os

princípios da ampla defesa, contraditório e devido processo legal;

2. A responsabilização civil, administrativa e penal, o que afronta o princípio da não criminalização da migração, presente no art. 3º, inciso III, da Lei 13.445/2017.

3. A inabilitação de pedido de refúgio, contrariando o princípio do Direito Internacional de non-refoulement (não-devolução), presente no art. 33, inciso 1, da Convenção de 1951, referente ao Estatuto dos Refugiados, no art. 22, inciso 8, da Convenção Americana de Direitos Humanos e no art. 7º, § 1º, da Lei 9.474/1997, segundo o qual ninguém pode ser deportado para fronteira de território em que sua vida e liberdade estiver ameaçada. A rejeição na fronteira e a não admissão no território de uma pessoa que procura proteção internacional viola esse princípio, conforme reforçado na nota do ACNUR supracitada. O direito ao acesso imediato ao procedimento de solicitação de refúgio também está expresso no art. 7º da Lei 9.474/1997.

Além disso, cabe lembrar que o art. 31 da Convenção de 1951 e o art. 8º da Lei nº 9.474/1997 não permitem que a inabilitação de pedido de refúgio seja punição para o ingresso irregular no território brasileiro.

CONSIDERANDO que a Venezuela passa por situação de grave e generalizada violação de direitos humanos e, por esta razão, o art. 1º, inciso III, da Lei nº 9.474/1997 obriga o reconhecimento de nacionais desse país que solicitarem proteção do Brasil como refugiados;

CONSIDERANDO que o § 3º do artigo 4º e o parágrafo único do artigo 5º da Portaria 204/2020 impõem tratamento diferenciado e discriminatório a nacionais venezuelanos;

RESOLVE RECOMENDAR:

À Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Justiça e da Segurança Pública, ao Ministério da Infraestrutura e ao Ministério da Saúde que:

1. Edite uma nova Portaria interministerial que altere as Portarias Interministeriais nº 201/2020, 203/2020 e 204/2020 a fim de:

a. Suprimir os artigos 6º das Portarias nº 201/2020 e 204/2020 e o artigo 5º da Portaria 203/2020;

b. Suprimir o § 3º do artigo 4º e o parágrafo único do artigo 5º da Portaria 204/2020;

À Defensoria Pública da União:

1. Caso não haja a alteração acima recomendada, atue com vistas a pleitear em tutela coletiva, pelos meios cabíveis;

2. Acompanhe a edição de novas portarias no marco do combate à Covid-19 que toquem questões sobre migração e refúgio, promovendo análise técnica para a garantia dos direitos dos imigrantes em pontos de fronteira e o cumprimento do princípio do 'non-refoulement' (não-devolução); e

3. Promova o monitoramento de casos de inadmissão e medidas compulsórias de saída em pontos de fronteira durante o período de validade das portarias.

RENAN VINICIUS SOTTO MAYOR DE OLIVEIRA

Presidente

Conselho Nacional dos Direitos Humanos

Documento assinado eletronicamente por **Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira**, **Presidente**, em 08/05/2020, às 15:32, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mdh.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **1179929** e o código CRC **B5310225**.

[1] https://www.refworld.org/docid/5e7132834.html

[2] https://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2020/064.asp

[3] https://www.who.int/news-room/detail/31-03-2020-ohchr-iom-unhcr-and-who-joint-press-release-the-rights-and-health-of-refugees-migrants-and-stateless-must-be-protected-in-covid-19-response

[4] https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Migration/OHCHRGuidanceCOVID-19_Migrants.pdf

[5] https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-1-20-es.pdf